



ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA - 09/4/2024

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 17.452/09/2020, e com a disposição do seu REGIMENTO INTERNO, transcreve abaixo a **Assembleia**, realizada na terça-feira, **dia 9 de abril de 2024**, das **14h15 às 16h20** – com a presença de **Nadir Francisco do Amaral (Presidente)**; **Renato Souza Cintra (Vice-Presidente)** além dos demais conselheiros e convidados do CMI.

Ata nº 13 – Ano de 2024

Na terça-feira, dia **9 de abril de 2024**, das **14h15 às 16h20**, foi realizada a **Assembleia** do CMI/SP, de forma híbrida (presencial/virtual), no auditório Prestes Maia, na Câmara Municipal de São Paulo.

PAUTA

I. Abertura – Saudações do Presidente

O Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMI/SP, **Nadir Amaral**, agradeceu a presença de todos, tanto de modo presencial quanto virtual, ressaltando a relevância das pautas da reunião.

Nadir Amaral destacou que a Prevent Senior solicitou duas indicações para o comitê de ética e questionou se os conselheiros presentes tinham interesse. **Dione Silva de Moraes** e **Ariovaldo Guello** manifestaram interesse, então foram indicados para o comitê.

II. Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – INFORMAÇÕES: Presidente Nadir Amaral

Nadir Amaral apontou que a última conferência foi realizada em 2019, tendo como temática: Os Desafios de Envelhecer no século XXI e o Papel das Políticas Públicas, onde foi debatido quatro eixos, sendo eles: Eixo I – Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas; Eixo II – Educação: Assegurando Direitos e Emancipação Humana; Eixo III – Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa; Eixo IV – Os Conselhos de Direitos: Seu Papel na Efetivação do Controle Social na Geração e Implementação das Políticas Públicas.

Pois isto, **Nadir Amaral** perpassou as propostas aprovadas em âmbito municipal, conforme exposto abaixo:

EIXO I – DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTRUÇÃO/EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- ❖ Tornar sem efeito o decreto municipal 58.636\2019 que trata do corte de 15% do orçamento da saúde , da assistência social e limpeza pública;
- ❖ Garantir recursos orçamentários, através do PPA (Plano Plurianual) – LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) – LOA (Lei Orçamentária Anual) para implantação, consolidação, ampliação, reforma ou construção de equipamentos de saúde e sóciosanitários voltados para a população idosa como: Unidade de Referência da Saúde do Idoso – URSI, (1 (uma) por subprefeitura); Programa Acompanhante de Idosos (1 (um) por distrito), Centro de Convivência e Cooperativo – CECCO e Equipe Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar (1 (uma) por distrito); Centros Dia para Idosos (1 por subprefeitura) , e Instituições de Longa Permanência para Idosos (Graus I, II e III) 1 por subprefeitura) e Centros de Acolhida Especial para Idosos (1 por subprefeitura);
- ❖ Fortalecer a atenção básica com a ampliação de recursos humanos e financeiros para a melhoria do atendimento à população idosa nas Unidades Básicas de Saúde; a) Garantindo o retorno médico e de exames através do sistema de regulação de maneira preferencial; b) Assistência farmacêutica nas pós-consultas para orientação e administração de medicamentos; c) Implantação de equipe gerontologia; d) Garantir o fornecimento de medicamentos de uso contínuo e insumos como: fraldas, meias de compressão, próteses, órteses socioeduc; e) Fortalecer e ampliar as equipes de Estratégia de Saúde da Família em 100% do território; f) Expandir as Unidades Básicas de Saúde com Equipes de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (EASPI) nas cinco regiões.
- ❖ Suspender os cortes no Programa de Metas do Município de São Paulo no que se referem à pessoa idosa que foram realizados sem a participação da população, recolocando no plano de metas a implantação das Instituições de Longa Permanência para Idosos, Centros Dia para Idosos e Núcleos de Convivência para Idosos
- ❖ Melhorar e Fortalecer o Atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social e dos Centros de Referência Especial da Assistência Social, com ampliação do quadro de recursos humanos, com profissionais concursados e garantindo a ampliação dos serviços de Proteção Básica (NCI – Núcleo de Convivência de Idosos (1 (um) por distrito em período integral) e Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa (1 (um) por subprefeitura) bem como serviços da Proteção Especial, tais como: ILPI – Grau I, II e III (1 (um) por subprefeitura) e Centro Dia para Idosos (1 (um) por subprefeitura);
- ❖ Implantar a Portaria Intersecretarial n. 01 de SMADS/SMS, de 31 de outubro de 2018, que trata da Atuação em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centros de Acolhida Especiais para Pessoas Idosas em situação de Rua (CAEI) e Centros Dia para Idosos, sob gestão municipal, com protocolo de atuação conjunta entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Saúde;
- ❖ Implantar e ampliar, em todas as 32 subprefeituras, a oferta de serviços, equipamentos públicos e atividades culturais, socioeducativas, de esportes e lazer, tais como os Jogos Municipais do Idoso, com o aumento da disponibilidade de verbas e prestação de contas trimestrais conjuntas das organizações e governo em audiências públicas, sob o controle social de conselhos gestores implantados em todos os serviços;

- ❖ Implementar programas de profissionais de saúde e equipamentos (para atendimento de urgência e remoção) em áreas que tiverem atividades esportivas, de lazer e culturais com pessoas idosas;
- ❖ Promover a gratuidade dos eventos esportivos e culturais, com horários matutinos e vespertinos, facilitando o acesso da pessoa idosa;
- ❖ Garantir o acesso da população idosa ao transporte público municipal, intermunicipal e interestadual através: a) Adequação de pisos, degraus, calçadas e pontos de ônibus e frota de ônibus, para facilitar o embarque e desembarque; b) Reserva de assentos; c) Ampliação de horários da frota de veículos nos finais de semana; d) Capacitação dos funcionários de transporte público para atendimento humanizado aos usuários idosos; e) Aumento da frota de ônibus adaptados; f) Implantação de horários especiais para a população idosa no sistema de trem; g) Adequação do sistema de sinalização da CET, com implantação de sinal inteligente com maior tempo nos cruzamentos das avenidas.
- ❖ Ampliar o Programa de Locação Social, expandir o projeto Vila dos Idosos para as 32 subprefeituras, garantir a reforma de imóveis desocupados para locação social e construir embriões em áreas remanescentes, como soluções de moradia para pessoas idosas de baixa renda, respeitando critérios de acessibilidade e garantindo recursos financeiros;
- ❖ Realizar revisão dos valores do IPTU para população idosa e garantir a permanência destas com dívida ativa por IPTU no imóvel
- ❖ Incentivar estratégias de empregabilidade para a população idosa – incentivo fiscal, cotas em empresas e emprego apoiado e incluir a população idosa no acesso aos produtos de tecnologias assistivas ofertados pelos bancos públicos;
- ❖ Consolidar a feira da cidadania da pessoa idosa no centro e implantar uma em cada subprefeitura.

Acerca do item dez do eixo I, **Hilton Antonio Alves Pereira** pontuou que os degraus dos ônibus não são adequados para as pessoas idosas.

EIXO II – EDUCAÇÃO: ASSEGURANDO DIREITOS E EMANCIPAÇÃO HUMANA

- ❖ Promover através da mídia social campanhas educativas para tomada da consciência dos direitos dos idosos;
- ❖ Criar uma Central de Atenção à Pessoa Idosa com a opção eletrônica ou atendente, sobre a disponibilidade de serviços educativos para o idoso;
- ❖ Ampliar os programas de inclusão digital dos idosos (horários adequados, endereços acessíveis e metodologia voltada ao público idoso) e incluir profissionais qualificados para trabalhar com pessoas idosas;
- ❖ Incentivar a criação de programas educativos para idosos em horários adequados, utilizando uma linguagem fácil, clara e acessível com ilustrações e desenhos quando necessário;
- ❖ Disponibilizar cartilha/guia (atualizada anualmente) com os serviços para idosos como uma forma de ação educativa do que a cidade lhe oferece;
- ❖ Capacitar os profissionais que atuam em serviços voltados ou não para pessoas idosas, para um atendimento humanizado e acolhedor. Facilitar o acesso à especialização em gerontologia e geriatria dos profissionais que atuam com idosos;
- ❖ Ampliar a rede física (escolas) do programa de alfabetização de jovens e adultos, aumentar o quadro de professores do programa e capacitá-los para essa missão. E incluir no conteúdo do Educação de Jovens e Adultos, temas relacionados ao desenvolvimento da cidadania;

- ❖ . Promover a educação para o envelhecimento desde a pré escola até o curso superior com esclarecimento sobre a natureza do envelhecimento, incentivando o respeito e a valorização do idoso;
- ❖ Ampliar os Centros de Convivência Intergeracional com o objetivo de estimular a coeducação das gerações;
- ❖ Ampliar a oferta e favorecer o acesso de cuidadores de idosos em cursos gratuitos promovidos pela prefeitura, de modo a habilitá-los a tratar de idosos fragilizados com eficiência e dignidade;
- ❖ Criar e ampliar cursos profissionalizantes e de empreendedorismo para pessoas idosas, objetivando a geração de renda.

EIXO III - ENFRENTAMENTO DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

- ❖ Garantir a regulação de agências financiadoras para que não existam sobreposição de empréstimos, bem como proibição de cadastros para contatos telefônicos;
- ❖ Incentivar e fomentar pesquisas para maior conhecimento sobre as diversas formas de violência sofrida pelos idosos -causas, faixa etária, ambiente da saúde, etc - e quais as melhores soluções;
- ❖ Estruturar, garantir e executar as Políticas Públicas ligadas ao Idoso imigrante (estrangeiro com residência permanente em nosso município) e refugiado/exilado;
- ❖ Ampliar e capacitar continuamente as equipes da Defensoria Pública e do Ministério Público para atendimento ao idoso e criar assessoria jurídica aos idosos dentro das Subprefeituras, Estado e Federação;
- ❖ Ampliar, efetivar e executar políticas públicas de prevenção de violência contra a pessoa idosa nos territórios de forma contínua;
- ❖ Criar, estruturar, fiscalizar e divulgar Casas Especializadas de acolhimento para idosos que sofrem violência, com a capacitação multidisciplinar contínua dos trabalhadores;
- ❖ Promover continuamente a divulgação do Estatuto do Idoso, de Diretrizes, Leis e Decretos sobre os direitos da pessoa idosa, nas redes sociais, mídias, serviços públicos e privados;
- ❖ Garantir a participação do Ministério Público e Defensoria, além dos Centros de Referência da Assistência Social e Centros de Referência Especializado da Assistência Social CRAS e CREAS, nos núcleos de convivência, quando necessário;
- ❖ Garantir e efetivar as leis e diretrizes de base a proteção e cuidados às pessoas idosas na grade curricular;
- ❖ Garantir que a regulação respeite que o agendamento, atendimento de saúde e exames básicos e especializados sejam regionalizados;
- ❖ Ampliar e incentivar programas socioeducativos e intergeracionais que assegurem o trato adequado à pessoa idosa.

Hilton Antonio Alves Pereira destacou a demora para conseguir agendamento de exames e consultas no sistema público. **Olga Queiroga** enfatizou que muitas vezes os exames são marcados longe do local onde o idoso mora.

EIXO IV - OS CONSELHOS DE DIREITOS: SEU PAPEL NA EFETIVAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL NA GERAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

- ❖ Criar uma comissão de educação permanente no Grande Conselho Municipal do Idoso a fim de garantir a implantação de espaços e cursos de formação para a população

idosa, referente aos conselhos de direitos e seu papel na efetivação das políticas públicas. Cursos de turmas trimestrais;

- ❖ Garantir vaga, sendo uma vaga de titular e o suplente, para conselheiros do Grande Conselho Municipal do Idoso em todos os conselhos municipais, respeitando a intersetorialidade;
- ❖ Efetivar o Grande Conselho Municipal do Idoso na nova lei para ser deliberativo;
- ❖ Promover maior participação dos idosos na formulação de serviços e atividades a serem oferecidas nos equipamentos de saúde, aproximando as políticas sociais através dos fóruns e colegiados;
- ❖ Implantar em todos os meios de comunicação a divulgação das pré-conferências municipais, estaduais, nacionais para o conhecimento da população idosa;
- ❖ Recomendar ao Grande Conselho Municipal do Idoso ampla divulgação pelas mídias convencionais e sociais de todas as suas atividades conforme o plano de mídia a ser estabelecido;
- ❖ Estimular a criação de Fóruns Regionais de Idosos em todas as regiões;
- ❖ Garantir a participação de representantes do Grande Conselho Municipal do Idoso nos fóruns regionais existentes, a fim de fortalecer a discussão das políticas públicas nesses espaços;
- ❖ Realizar Trabalho de aproximação dos idosos com as políticas sociais através dos fóruns e colegiados;
- ❖ Realizar os encontros dos Fóruns Regionais de Idosos em espaços públicos com participação das secretarias locais (Saúde, Educação, Esporte, Transportes, Assistência e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Cidadania, Segurança Urbana, Cultura e Fazenda e outras) e incluir seus resultados no Observatório Nacional do Idoso;
- ❖ Criar observatório municipal de políticas públicas como mecanismo para aferição de propostas, de liberações, leis e projetos já encaminhados por conferências anteriores para verificar se estão sendo efetivadas ou não, com apresentações periódicas em audiências públicas, apoiadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Desta forma teremos conteúdo para serem avaliados em cada conferência e a possibilidade concreta da efetivação dos direitos da pessoa idosa;
- ❖ Incentivar a participação das pessoas idosas na comissão extraordinária da Câmara Municipal;
- ❖ Garantir a participação dos técnicos dos serviços socioassistenciais e agentes públicos nos Fóruns Regionais de Idosos;
- ❖ Implantar um conselho gestor em todos os serviços públicos (diretos e indiretos) que prestam atendimento à população.

Nadir Amaral observou que de todas as propostas apresentadas, provavelmente, menos de 10% delas foram cumpridas, tendo assim o CMI/SP um trabalho árduo a ser realizado na próxima conferência, visto que ainda faltam muitas coisas a serem realizadas, e enfatizou a importância do idoso se fazer visto na sociedade, e estar em todos os lugares e/ou espaços.

Maria do Carmo perguntou se já existe alguma deliberação sobre local, data, recurso ou orçamento acerca da Conferência Municipal e apontou que a Conferência Nacional está agendada para junho de 2025, a Estadual para até novembro de 2024, sendo assim necessário começar as preparações para a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Renato Cintra respondeu que, conforme comunicado pela Sra. Eliana Magalhães Graça, Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, as discussões acerca da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa estão em fase inicial. Até o momento, o decreto de convocação ainda não foi publicado. Assim que essa etapa for concluída, todos terão acesso ao cronograma definitivo do processo conferencial. **Renato Cintra** também destacou a relevância e o tamanho do evento, sendo necessário um tempo para organizar tudo, segundo o mesmo a CPPI já está levantando todos os custos com o evento

Maria do Carmo destacou que conhece o trâmite para se realizar compras no serviço público, e perguntou se existirá a possibilidade de terceirizar o evento. **Renato Cintra** respondeu dizendo que não sabe se isso seria possível, e destacou que sem o decreto assinado não tem nada oficializado, também pontuou que estão pensando em realizar pré-conferências nas macro regiões.

Damares Roberto apontou a relevância do questionamento trazido por Maria do Carmo, e pontuou que diante da análise da conjuntura não seria viável realizar uma pré-conferência regionalizada.

Ariovaldo Guello pontuou a necessidade de se descobrir como solucionar as questões apontadas na última conferência nacional, e sugeriu que a Comissão de Políticas Públicas e Legislação revise as propostas aprovadas na conferência para verificar o que já foi cumprido, e pensar em como reverter as propostas em ações concretas.

Damares Roberto enfatizou a importância de se trabalhar para fortalecer as macrorregiões, contudo apontou que atualmente esta não é a realidade.

Nadir Amaral destacou a relevância de todas as falas, e assim passou para a próxima pauta.

III. Processos Legais da Construção Orçamentária e Controle Social - Brechas para um Orçamento Participativo. Palestrante: Rogério Machado Limonti - bacharel em gestão de políticas públicas (EACH-USP) e mestre em mudança social e participação política (USP). Debatedores: Laressa Carvalho e Alexandre Magno, conselheira (o) representantes de governo da Secretaria da Fazenda no CMI.

Rogério Machado Limonti, bacharel em gestão de políticas públicas, saudou os presentes desejando uma boa tarde a todos. Em seguida, destacou que o orçamento público abrange receitas e despesas, ressaltando a diferença entre o orçamento doméstico e o do Estado. Enquanto uma família pode controlar suas receitas, o Estado possui a prerrogativa de definir suas arrecadações. Além disso, parte dos gastos públicos retorna ao Estado, como no caso das transferências do programa Bolsa Família, que reingressam através do consumo tributado das famílias beneficiadas. Em relação às receitas, o palestrante apontou que o ICMS representa aproximadamente 28% da arrecadação da cidade de São Paulo, enquanto o IPTU contribui com 16%, totalizando 44% da receita municipal. Ele também ressaltou que apenas 1% dos contribuintes detém cerca de 42,5% do patrimônio imobiliário da cidade, evidenciando a desigualdade na distribuição de renda. Nesse contexto, sugeriu a possibilidade de uma tributação mais equitativa, como a aplicação de alíquotas diferenciadas para indivíduos de alta renda e a isenção para os de baixa renda.

Rogério Machado Limonti elucidou que além dos impostos, a receita do município é composta por outro mecanismo, como taxas e contribuições, deste modo, o mesmo trouxe como exemplo a Sabesp que manda para a cidade de São Paulo 7,5% do que ela arrecada, sendo uma receita vinculada com o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. No que se refere às despesas destacou três aspectos importantes na contabilidade pública, conforme exposto abaixo:

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Aspecto Orçamentário

Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto (MCASP, 2018)

Aspecto Patrimonial

Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais (MCASP 2018).

Aspecto Financeiro/Fiscal

Compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela LRF, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das

Posto isto, explicou as fases da despesa orçamentária, conforme exposto abaixo:

Fases da Despesa Orçamentária

Fixação (Orçado)

A fixação da despesa orçamentária insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada

Empenho

é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

Liquidação

a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito

Pagamento

O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor

Rogério Machado Limonti destacou que a peça orçamentária é estruturada em programas e projetos, trazendo como exemplo o Programa: Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa, mostrando a relação entre orçado, empenhado e liquidado.

Finalizando a apresentação, **Rogério Machado Limonti** evidenciou o aumento do caixa do município de São Paulo, e pontuou a relação entre os O PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), os principais instrumentos de planejamento e controle do orçamento público no Brasil. Em resumo, O PPA estabelece as metas e prioridades para os próximos quatro anos, a LDO define as regras e as metas fiscais para o ano seguinte, enquanto a LOA detalha como os recursos serão efetivamente distribuídos e executados no ano em questão, seguindo as diretrizes estabelecidas no PPA e na LDO. Em resumo, o PPA define o que será feito, a LDO estabelece como será feito e a LOA determina quanto será gasto em cada área.

Laressa Carvalho Oliveira, representante da Secretaria da Fazenda, salientou que o orçamento da prefeitura foi iniciado com o congelamento por prudência, visto que já há contratos em andamentos, ela também pontuou que mesmo que um montante em caixa há despesas relacionadas, lembrando que as audiências do orçamento participativo já começaram, sendo um instrumento importante para levar as demandas dos cidadãos, evidenciando as prioridades da sociedade.

Maria do Carmo indagou sobre o papel das emendas parlamentares no orçamento.

Ricardo Mucci questionou sobre as etapas que o CMI/SP precisa seguir para obter orçamento, e reverter esse orçamento em políticas.

Norma Neres perguntou onde é possível acessar a prestação de contas.

Tarcia Oreste destacou que, no ano passado, o CMI/SP, em conjunto com a Secretaria de Assistência, conseguiu recursos extraordinários para a construção de uma ILPI, mesmo não estando previsto no programa de metas. Com base nisso, questionou se, quando algo não está previsto, fica mais difícil conseguir a execução do serviço.

Rogério Machado Limonti pontuou que como observado no último quadro de projetos, uma parte dos 180 milhões destinados em 2023, especificamente 20 milhões, foi direcionada para programas voltados aos idosos através de emendas parlamentares. As emendas parlamentares passam por dois estágios: primeiro, durante a votação inicial, apenas o relator do orçamento pode propor emendas. Essas emendas são cruciais e merecem atenção, já que são apresentadas pelo relator do orçamento. Em seguida, todas as vereadoras e vereadores têm a oportunidade de propor emendas. Cada vereador pode apresentar dois tipos de emendas: aquelas que são executáveis e aquelas que abordam políticas públicas. Por exemplo, quando falamos sobre os 20 milhões destinados para programas voltados aos idosos, nenhum vereador individualmente tem acesso a essa quantia. Em vez disso, é uma luta no processo orçamentário. Se um vereador está engajado em promover uma causa, como políticas para idosos, e consegue inserir essa emenda no orçamento, isso não garante sua execução. A execução depende de pressão e advocacy para ser realizada. Diferentemente de outras instâncias legislativas, como a Assembleia Legislativa do Estado e o Congresso Nacional, onde o orçamento é impositivo, o que significa que as emendas propostas pelos parlamentares devem ser executadas, aqui na Câmara Municipal essa força de execução não existe. Portanto,

muitas vezes as emendas podem não ser efetivamente implementadas. A execução das emendas parlamentares, muitas vezes é influenciada por divergências anteriores com o Executivo, seja por questões pessoais ou relacionadas ao projeto em si. No entanto, quando lidamos com políticas tão relevantes quanto aquelas voltadas para os idosos, os recursos disponíveis são limitados e o papel de cada parlamentar pode ser restrito, não resolvendo integralmente a questão. Uma emenda parlamentar dentro da cota de cada vereador pode não ser o melhor instrumento, pois não permite a criação de indicadores, metas e acompanhamento da evolução da política pública. Isso pode levar a uma falta de continuidade nas ações propostas.

Quanto às estratégias para garantir a implementação efetiva das políticas públicas propostas, não há uma abordagem única que garanta o sucesso. Cada movimento social ou grupo interessado pode adotar diferentes estratégias de pressão e advocacy. Isso pode incluir desde a articulação com a secretaria responsável até a realização de audiências públicas para promover o debate e a transparência. Em relação ao orçamento, é importante destacar que ele pode ser tratado como fictício em alguns casos. No ano passado, por exemplo, o prefeito adicionou 20 bilhões ao orçamento por meio de créditos adicionais, sem um debate público aberto sobre sua alocação. Isso evidencia a importância de manter um diálogo constante com o Executivo para garantir a implementação efetiva das políticas públicas. Portanto, é essencial que os interessados se organizem e desenvolvam estratégias de pressão e advocacy para garantir a execução das emendas parlamentares e a efetividade das políticas públicas propostas. A discussão pública e o debate transparente são fundamentais para assegurar a continuidade das ações e evitar que os recursos sejam alocados sem considerar as reais necessidades da comunidade.

Laressa Carvalho Oliveira destacou que é importante considerar os três tipos de perspectivas ao lidar com os recursos públicos. Primeiro, temos o Plano Plurianual (PPA), que estabelece uma visão de longo prazo para os próximos quatro anos, delineando a estratégia de utilização dos recursos públicos. Em seguida, temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a execução do que já está programado no PPA, sendo crucial para garantir que os planos se concretizem. É válido destacar que, caso haja sobra de recursos, é possível realocá-los para o próximo ano, através do processo de revisão do orçamento. Isso evidencia a importância das audiências públicas, pois permitem que as pessoas participem ativamente na definição das prioridades e na alocação dos recursos disponíveis. Portanto, mesmo quando há recursos excedentes, não se trata simplesmente de dinheiro "sobrando", mas sim de recursos que podem ser direcionados para projetos e ações que foram planejados e priorizados ao longo do tempo, de acordo com as demandas da sociedade e os objetivos estabelecidos no plano diretor. Em resumo, é essencial entender que a gestão dos recursos públicos requer planejamento, transparência e participação ativa da comunidade para garantir que as necessidades sejam atendidas e os recursos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.

No que se refere a transparência de dados, Laressa ressaltou que todo órgão federativo possui um Portal de Transparência, nele, é possível visualizar o balanço orçamentário e financeiro, assim como o balanço patrimonial, que mostra para onde os recursos foram destinados. Além disso, é possível consultar todos os contratos assinados pela prefeitura, organizados por secretaria, entidade e fonte de recursos. Embora a linguagem possa parecer complexa, procuramos apresentar as informações de forma acessível, utilizando quadros e formatos que facilitem a compreensão.

Ariovaldo Guello abordou brevemente sobre a arrecadação destinada ao Fundo Municipal do Idoso e solicitou a ajuda de todos ali presentes. O conselheiro salientou que, até o dia 31 de maio, tanto pessoas físicas quanto jurídicas precisam apresentar sua declaração de imposto de renda. Neste momento, é crucial que cada um destine uma parte do imposto de renda para o Fundo Municipal do Idoso. Ele destacou que não haverá nenhum gasto adicional; por exemplo, se alguém tem que pagar R\$100 de imposto de renda, pode destinar R\$3 para o Fundo Municipal do Idoso, resultando em um pagamento de R\$97 para a Receita Federal e R\$3 para o fundo,, não havendo nenhum custo adicional. O conselheiro evidenciou a relevância de divulgar essa informação, especialmente considerando que a maioria das declarações de imposto de renda, tanto de pessoas físicas quanto de empresas, são preparadas por contadores. Deste modo, solicitou a colaboração de todos para distribuir livretos explicativos sobre como fazer doações para o Fundo do Idoso nos escritórios de contabilidade de suas regiões. A arrecadação para o Fundo do Idoso é vital, visto que, é necessário recursos para financiar projetos que beneficiarão os idosos.

Diógenes Sandim Martins informou a todos que a publicação em Diário Oficial do Regimento Interno, finalmente se concretizou. O conselheiro ressaltou que isso só aconteceu devido à iniciativa ousada do Conselho, na figura do Presidente Nadir, que fez a publicação mesmo sem a manifestação da assessoria jurídica, conforme inicialmente era esperado. Devido a demora o Presidente decidiu exercer seu direito de encaminhar, visto que o CMI/SP é deliberativo. Diogenes pontuou que essa ação destaca a diferença entre um conselho deliberativo e um simplesmente consultivo, ocupando um espaço significativo nesse sentido. É fundamental que um conselho deliberativo atue de forma diferente no contexto do orçamento, em comparação com gestões anteriores que não tinham poder de decisão. Ele acredita que na LDO, LOA e PPA do próximo ano, é preciso que os conselheiros se engajem em uma luta deliberativa para exigir que as políticas públicas sejam implementadas conforme solicitado.

IV. Informes Gerais

Antônio Nilton Martins de Moura informou que dia 12 de abril haveria um evento no parque previdência para discutir saúde e cultura

Nadir Amaral agradeceu a presença de todos, e destacou a importância da união entre os membros do CMI/SP para fortalecer objetivos, enfatizou que há muito muito trabalho pela frente, mas juntos é possível fazer a diferença.

Deste modo, encerrou-se esta reunião.

Participaram da encontro virtual os seguintes Conselheiros (as) da Sociedade Civil:

LISTA DE PRESENÇA		
CHAPA	NOME	F
Fórum da Pessoa Idosa V. Maria, V. Guilherme, V. Medeiros	Damaris Germana Roberto	P
	Jose Reis Netto	P
Fórum da Cidadania da Pessoa Idosa da Cidade de São Paulo - Pirituba/Jaraguá/Perus	Ruth Altamirano Lavadenz	P
	Norma Oliveira Neres	PO
Fórum da Pessoa Idosa de Itaquera	Margarete Campos Siqueira	P
	Maria Inês Santana Ferreira da Silva	P
Fórum Cidadão Idoso São Mateus	Sufia Gonçalves Duarte	P
	Luiz Antonio Rodrigues dos Santos	A
Fórum da Pessoa Idosa Capela do Socorro, Parelheiros	Antonio Brito Cardoso	P
	Sueli dos Santos	A
Fórum da Pessoa Idosa de M'Boi Mirim	Dione Silva de Moraes	P
	Cicera Alves da Silva	P
Fórum da Pessoa Idosa de Pinheiros	Ariovaldo Guello	P
	Maria Aparecida Caprino	A
Fórum Butantã	Thereza Monteiro Marchesini	PO
	Alaide Pedro de Carvalho	A
Fórum Liberdade	Nadir Francisco do Amaral	P
	Idalina Castelo dos Reis Gasparini	A
Fórum Região Centro	Niltes Aparecida Lopes de Souza	P
	Maria Aparecida Costa	A
CHAPA	NOME	F
Me Too Brasil	Maria do Carmo Guido Di Lascio	P
	Elisabeth Meloni Vieira	A
Associação Nosso Sonho	Maria do Socorro Alves	A
Geronte EACH-USP	Marisa Accioly	PO
	Maria Luisa Trindade Bastetti	A
CHAPA	NOME	F
Sindicato Nacional dos Aposentados	Diogenes Sandim Martins	P
	Sonia Maria Pereira	A
Trabalho 60+	Norma Rangel	PO
	Ricardo Mucci	P

F - FREQUÊNCIA
P - Presente
PO - Presença Online
L - Licença
A - Ausente
J - Justificada

Estiveram presentes os Conselheiros (as) representantes de Governo dispostos a seguir:

LISTA DE PRESENÇA				
SECRETARIA MUNICIPAL	TITULAR	F	SUPLENTE	F
Saúde (SMS)	Rosa Maria Bruno Marcucci	P	Lilian de Fátima Costa Faria	A
Assistência e Des. Social (SMADS)	Rita de Cássia M L Siqueira	A	Refferson Lima Silva	A
Habitação (SEHAB)	Patricia Spedaletti de Deus	A	Paloma Araujo de Souza	A
Mobilidade e Transporte (SMT)	João Lindolfo Filho	A	Sueli Vinhas Fortuna	A
Des. Econômico e Trabalho (SMDETT)	Irlas Maria Bezerra	A	Josefa Jasielma Loyola Menezes	A
Verde e Meio Ambiente (SVMA)	Carlos Eduardo G. Vasconcellos	P	Tamires Carla de Oliveira	PO
Educação (SME)	Mariana Moi Bonfim Jongbloets	A	Mariana Cristina Lima Reis	A
Esportes, Lazer e Recreação (SEME)	Dinéia Mendes A Cardoso	A	Maria Luiza da Silva	A
Cultura (SMC)	Claudio Aguiar Almeida	P	Diogo Leite da Silva	A
Pessoa com Deficiência (SMPED)	Severina Eudoxia da Silva	A	Devanice Jovina de Abreu	A
Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)	Renato Souza Cintra	P	Suzana de Rosa	P
Inovação e Tecnologia (SMIT)	Maurício Baroni B. Bernadinetti	A	Nicolle Martins Firmino	A
Fazenda (SF)	Alexandre Magno A. Salgueiro	A	Laressa Carvalho Oliveira	P
Subprefeituras (SMSUB)	Luciano Santos Araujo	A	Adriano Porto Garcia	A
Segurança Urbana (SMSU)	Milton Della Costa	A	Rubens Aparecido da Silva	A

F - FREQUÊNCIA
P - Presente
A - Ausente
J - Justificada

LISTA DE PRESENÇA – ASSEMBLEIA
CMI/ SP GESTÃO 2023/2025 – 09/04/2024

CONVIDADOS

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Márcia	CMSP - Eli Costa
2	Wesley Machado da Silva	
3	Maria do Carmo	
4	Elsa Soares	
5	Genevieve Alves Siqueira	
6	Marlene Vital de Faria	NCI Esperança
7	Antonio Alberto de Jesus	Forum sobre V. Soma
8	Hilton Antonio Almeida	Associação WhatsApp Ede
9	Roberto de Jesus Gomes	Associação VNA DOLLA
10	Rosário Gomes	Flore da Vh Dalila
11	Rafael Russo	Associação de PT
12	Regina Siqueira	TOURANCA DO PT
13	Cilma Brito de Sousa	Colégio de Salvador
14	Amândio Luiz N. Neto	EXERCITO DO SAUVAS
15	Algo. Leusa Lucile Nunes	GARMIC -
16	Deceio Libanio de Siqueira	GARMIC
17	Dionilda S. D. Vicente	
18	Dulce S. Jardim	MMS
19	Eda S. do Nascimento	NGI
20	Simone Duarte	Olim Anaximora
21	Yvelida A. Passos	NCI
22	Rosa Moraes	garmic
23	Alda M. G. A. A. A. A.	Associação P. M. M. C.
24	Maira R. A.	NCI V. Simodot
25	Apresentada Clemente de Faria	
26	Paulo A. P.	
27	Giuldo Nevedo Melo	NCI Cisp